

Trabalhador na carreira/categoria de assistente técnico	Classificação do período experimental	Data da homologação
Maria Emília da Costa e Sousa Abreu . . . . .	17,33	25-01-2012
Sandra Manuela Cruz Araújo. . . . .	17,33	25-01-2012

10 de fevereiro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

205748258

#### Aviso n.º 2851/2012

No cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, conjugado com o previsto no artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que o trabalhador Carlos Manuel Fernandes Araújo, concluiu com sucesso o período experimental, na categoria e carreira de Técnico Superior, tendo obtido a classificação final de 15 valores, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto.

10 de fevereiro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

205748096

#### Aviso n.º 2852/2012

No cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, conjugado com o previsto no artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que os trabalhadores abaixo indicados, concluíram com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto.

Trabalhador na carreira/categoria de Técnico Superior	Classificação do período experimental	Data da homologação
Ana Catarina de Oliveira Ruivo. . . . .	14,89	13-02-2012
Ana Maria Pais de Matos Tavares . . . . .	15,00	08-02-2012

Trabalhador na carreira/categoria de Técnico Superior	Classificação do período experimental	Data da homologação
Eulália das Dores Lino Duval . . . . .	15,00	08-02-2012
Jorge Nuno Mariano Rosa dos Santos. . . . .	18,50	10-02-2012
Liliana Alexandra Paraíso da Silva . . . . .	16,00	13-02-2012
Rosa Maria Realista da Conceição . . . . .	14,00	08-02-2012
Sandra Manuela Freitas da Silva Costa . . . . .	19,33	13-02-2012

14 de fevereiro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

205748785

#### Aviso n.º 2853/2012

No cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, conjugado com o previsto no artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que os trabalhadores abaixo indicados, concluíram com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto.

Trabalhador na carreira/categoria de assistente técnico	Classificação do período experimental	Data da homologação
Dina Teresa Guerreiro Gomes . . . . .	17,00	08-02-2012
Elsa da Conceição Pãozinho Guerreiro . . . . .	15,33	08-02-2012
Helena Maria Monteiro da Cunha Basílio . . . . .	17,00	13-02-2012
Ivete Marques. . . . .	15,25	08-02-2012
Paula Cristina de Jesus Pereira da Silva . . . . .	18,33	13-02-2012
Pedro José Pertigão Anjos . . . . .	16,00	08-02-2012

14 de fevereiro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

205748339



## PARTE D

### TRIBUNAL DA COMARCA DE ARMAMAR

#### Anúncio (extrato) n.º 3927/2012

##### Processo n.º 106/11.0TBAMM — Insolvência pessoa coletiva requerida

Requerente: BANIF — Banco Internacional do Funchal S A  
Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Centro de Aproveitamento de Subpr. da Vinificação da Reg. Dem. do Douro — UcrI, NIF 500878455, Endereço: Lugar do Valmor, Folgosa, 5110-000 Armamar Administrador de Insolvência -Armando Rocha Gonçalves, Endereço: Av. Combatentes da Grande Guerra, 386, 4200-186 Porto. Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 21-03-2012, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores. Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados n.º 6 do artigo 72.º do CIRE.

08-02-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Susana Isabel Jalles Monteiro Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Ofélia Melo*.

305729352

### TRIBUNAL DA COMARCA DE AVIS

#### Anúncio n.º 3928/2012

##### Processo n.º 115/11.0TBAVS — Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)

Devedor: António Joaquim Salvaterra Nunes Oleiro Martinho e outra.  
Credor: Banco Santander Totta S A.

No Tribunal Judicial de Avis, Secção Única de Avis, no dia 01-02-2012, às 10:45 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

António Joaquim Salvaterra Nunes Oleiro Martinho, estado civil: casado, NIF: 126968004, Endereço: Bairro 1.º de Maio n.º 3, Avis, 7480-120 Avis e Celestina Maria Garcia Martinho Oleiro, estado civil: casada, NIF: 144476208, Endereço: Bairro 1.º de Maio n.º 3, Avis, 7480-120 Avis, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio.

José Estêvão Pinto de Oliveira, Endereço: Av. Conde Valbom, 67, 4.º Esq., Lisboa, 1050-000 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 21-03-2012, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

01-02-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Marta Filipe*. — O Oficial de Justiça, *Lisália Gonçalves*.

305730307

## TRIBUNAL DA COMARCA DO BAIXO VOUGA

Juízo de Comércio de Aveiro

**Anúncio n.º 3929/2012**

**Processo n.º 113/12.6T2AVR — Insolvência pessoa coletiva (Apresentação) — N/Referência: 13837200**

Credor: Instituto da Segurança Social, I. P., e outro(s).

**Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

Na Comarca do Baixo Vouga, Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 03-02-2012, às 11h30, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Paulo Almeida — Serralharia e Manutenção Industrial, Unipessoal, L.ª, NIF 506661636, Endereço: Rua Arrujo de Baixo, n.º 4, Eixo, 3800-764 Aveiro, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio. Dr. Albino José Correia Arromba da Cunha, Endereço: Rua Gustavo F. Pinto Basto, 31, 1.º A, Apartado 198, 3811-903 Aveiro.

É gerente da devedora/insolvente: Paulo Alexandre Gomes de Almeida, Endereço: Rua da Liberdade, n.º 33, Taboira, 3800-045 Aveiro, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas

do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

06-02-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Amélia Sofia Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Monteiro*.

305709604

## Anúncio n.º 3930/2012

**Processo n.º 126/12.8T2AVR — Insolvência pessoa coletiva (Requerida) — N/Referência: 13916981**

Requerente: Maria de Lurdes Tavares de Oliveira Cavaco.  
Insolvente: Livraria Ibéria, L.ª

**Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

Na Comarca do Baixo Vouga, Aveiro-Juízo do Comércio de Aveiro, no dia 09-02-2012, pelas 10:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Livraria Ibéria, L.ª, NIF 500167168, Endereço: Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 121, Glória, 3810-087 Aveiro, com sede na morada indicada. São administradores da devedora: Manuel Martins da Silva Azenhas, Endereço: Sede da Insolvente, Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 121, 3810-087 Aveiro e Lidénia Domingues da Silva, Endereço: Sede da Insolvente, Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 121, 3810-087 Aveiro, a quem é fixado domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio. Albino José Correia Arromba da Cunha, Endereço: Rua Gustavo Ferreira Pinto Basto, n.º 31, 1.º Sala A, Apartado 198, 3811-903 Aveiro. Ficam advertidos os devedores de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter pleno [alínea i) do artigo 36 do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 29-03-2012, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo